

Educação, imprensa e hegemonia na ditadura civil-militar no Brasil

Marco Antônio de Oliveira Gomes¹

José Claudinei Lombardi²

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares³

RESUMO

Nesta pesquisa, foram analisados artigos e notícias publicadas nos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Correio da Manhã, O Globo e Jornal do Brasil, que expressaram ideologicamente, assim como outros órgãos de imprensa, a defesa da ditadura civil-militar (1984-1985) e a construção de um consenso em torno do projeto de desenvolvimento associado e dependente ao capital financeiro internacional, notadamente o Norte-americano. Verifica-se que as reformas educacionais promovidas pelos governos militares, foram justificadas com base na Teoria do Capital Humano (TCH), da eficiência técnica, do desenvolvimento e das liberdades democráticas. Concomitantemente, a ampliação da escolarização não significou ruptura alguma com o dualismo educacional em nosso país, mas inversamente ocorreu seu aprofundamento, além da precarização das condições de trabalho docente. Por fim, as pesquisas foram realizadas nos bancos de dados dos jornais do período e na Hemeroteca Digital

¹ Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Departamento de Fundamentos da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa "Fundamentos Históricos da Educação" - UEM/CNPq". Participa do Grupo de Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (Histedbr/UNIR) e do Grupo de Pesquisa sobre Política, Religião, Educação e Modernidade (Universidade Estadual de Maringá). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2397-5615>. E-mail: marcooliveiragomes@yahoo.com.br

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Decano da Faculdade de Educação da UNICAMP. Professor Titular em História da Educação na Faculdade de Educação (Unicamp). Coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3552-941X>. E-mail: zezo@unicamp.br.

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Coordenadora Adjunta do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/UFOPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5915-6742>. E-mail: maria.colares@ufopa.edu.br.

da Biblioteca Nacional, tomando como parâmetros as análises de Sucupira (2020), Moraes (2014), entre outros.

Palavras-chave: escola profissionalizante; teoria do capital humano; ensino superior; ditadura civil-militar.

Education, press and hegemony in the civil-military dictatorship in Brazil

ABSTRACT

In this research, articles and news published in the Brazilian press were analyzed and which ideologically expressed the defense of the civil-military dictatorship (1984-1985) and the construction of a consensus around the project of development associated and dependent on international financial capital, notably the North American. It appears that the educational reforms promoted by the military governments were justified based on the Theory of Human Capital (HCT), technical efficiency, development and democratic freedoms. Concomitantly, the expansion of schooling did not mean any rupture with the educational dualism in our country, but, conversely, its deepening occurred, in addition to the precariousness of teaching work conditions. Finally, the research was carried out in the databases of newspapers of the period and in the Hemeroteca Digital of the National Library, taking as parameters the analyzes of Sucupira (2020), Moraes (2014), among others.

Keywords: vocational school; theory of human capital; higher education; civil-military dictatorship.

Educación, imprenta y hegemonía en la dictadura cívico-militar en Brasil

RESUMEN

En esta investigación se analizaron artículos y noticias publicadas en la prensa brasileña y que expresaban ideológicamente la defensa de

la dictadura cívico-militar (1984-1985) y la construcción de un consenso en torno al proyecto de desarrollo asociado y dependiente del capital financiero internacional, notablemente el norteamericano. Parece que las reformas educativas impulsadas por los gobiernos militares se justificaron con base en la Teoría del Capital Humano (HCT), la eficiencia técnica, el desarrollo y las libertades democráticas. Concomitantemente, la expansión de la escolarización no significó ruptura alguna con el dualismo educativo en nuestro país, sino que, por el contrario, se produjo su profundización, además de la precariedad de las condiciones de trabajo docente. Finalmente, la investigación se realizó en las bases de datos de periódicos de la época y en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional, tomando como parámetros los análisis de Sucupira (2020), Moraes (2014), entre otros.

Palabras clave: escuela vocacional; teoría del capital humano; enseñanza superior; dictadura cívico-militar.

INTRODUÇÃO

A violência contra a classe trabalhadora e suas lideranças, como também contra a militância progressista, ao longo da ditadura civil-militar (1964-1985), não se materializou somente por meio das perseguições, torturas, assassinatos e ocultamento de cadáveres. Não seria possível manter a hegemonia burguesa somente pela força das armas, sendo também necessária a consolidação de um consenso em torno dos valores burgueses e da suposta importância da “revolução”, como os militares e partidários denominaram o golpe de Estado e o estabelecimento de uma ditadura militar. Além da coerção e repressão, a ofensiva ideológica também foi forjada em outras trincheiras, sendo uma delas a grande imprensa, que contribuiu decisivamente para a legitimação do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura militar.

É preciso destacar que os mesmos jornais que teciam críticas ao governo João Goulart (1961-1964) e aos movimentos sindicais e populares, só aceitavam como legítimas as instituições da democracia

burguesa ou mesmo a própria imprensa, identificada como a verdadeira emanção dos interesses “públicos”. Os proprietários dos grandes jornais, conforme os interesses das empresariais das quais eram expressão orientaram as diretrizes editoriais de seus órgãos de imprensa de modo a forjar uma suposta “vontade popular” da necessidade de intervenção armada e de saneamento moral da sociedade.

Nada além das fronteiras da ordem burguesa era aceito pelos escribas do capital. Não é exagero afirmar que, para a grande imprensa, democracia era sinônimo de economia de mercado. A consequência para a classe trabalhadora demandava a renúncia às suas demandas e a rejeição à orientação trabalhista, social-democrata ou socialista e que eram consideradas “populista” pelos defensores da ordem.

Consolidado o golpe empresarial e civil-militar, a ditadura militar cassou mandatos, censurou movimentos, partidos e sindicatos, bem como indivíduos e ideias, aposentou diferentes agentes públicos de forma compulsória, perseguiu, prendeu, torturou e assassinou quem ousasse questionar o golpe de Estado e a ditadura implantada em seguida. Além do mais, algumas etnias indígenas quase foram eliminadas e trabalhadores e lideranças do campo viveram sob terrorismo do Estado e do latifúndio.

No contexto do pós-golpe de 1964, para além da violência, não há como negar a existência da censura nos mais diferentes órgãos de imprensa, mesmo os favoráveis à ditadura. Não obstante, ainda que a censura tenha de fato ocorrido nas redações dos jornais, também é verdadeiro que os grandes jornais contribuíram de modo direto e indireto com a ditadura. Por isso, é preciso que se tenha clareza acerca do fato de que a prática da censura não foi uma via de mão única, pois, mesmo havendo limitações aos meios de comunicação, também é preciso reconhecer que o regime implantado representava os interesses de classe dos proprietários dos principais órgãos da grande imprensa. Isso explica porque diferentes empresários do setor foram agraciados com as orientações econômicas e financiamentos dos governos militares, expandindo seu capital e seu espaço de influência.

Independentemente das contradições ou mesmo da censura aos grandes veículos da imprensa, geralmente em aspectos pontuais, havia uma simbiose entre os interesses da ditadura e da grande imprensa. Por conseguinte, era fundamental o ocultamento da materialidade do caráter de classe da ditadura e o silenciamento das lutas populares.

Nesse sentido, partimos do postulado que a definição do que é notícia, ou do que deve ser noticiado e a perspectiva pela qual cada tema é abordado parte de premissas ideológicas que orientam a direção editorial do jornal. Cumpre acrescentar que a imprensa possui um papel importante na formação de opiniões, defendendo os projetos político-ideológicos como se constituíssem nos interesses gerais da nação.

Tomando por base esse entendimento introdutório, este trabalho tem como objetivo analisar o papel da imprensa na difusão de valores condizentes com os propósitos do capital ao longo da ditadura civil-militar, o que significa compreender como seus interesses e contradições expressam as diferentes frações da burguesia no período.

Para atingirmos os objetivos propostos, selecionamos quatro jornais em função da disponibilidade de acesso: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Correio da Manhã e o Jornal do Brasil. Assim, optamos por selecionar o material do período que antecede ao golpe até a promulgação da Lei 5.692/71.

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: UMA OPÇÃO BURGUESA

A perpetração de golpes de Estado pode ser apontado uma característica estrutural do capitalismo periférico e dependente do Brasil. Não é novidade os sucessivos golpes de Estado no Brasil como contrarrevoluções preventivas, através dos quais as elites econômicas e políticas garantem a continuidade do poder de Estado, fazendo retroceder políticas populares e restabelecendo uma ordem econômica e política conservadora, com seus desdobramentos políticos antidemocráticos, antipopulares, anticomunistas, antinacionais e pró-imperialistas (LOMBARDI; LIMA, 2018, p. 47; LOMBARDI; LIMA, 2017),

Por isso mesmo, para início de conversa, é preciso destacar que o golpe de 1964 não representou nenhuma ruptura com a sociedade de classes e sequer se tratou de uma revolução, mas somente a materialização de um projeto de conservação da ordem burguesa que aprofundou sua integração dependente à ordem imperialista.

Antes de prosseguir, é importante compreendermos o contexto histórico que culminou com a derrubada do presidente Goulart em 31 de março de 1964. O período que antecedeu sua posse na presidência da República, mais precisamente ao longo do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi marcado pela expansão acelerada das atividades econômicas, tendo como respaldo os maciços investimentos do capital internacional, através de empréstimos e emissões inflacionárias. Porém, o progresso, proclamado com a abertura econômica ao capital estrangeiro, não materializou a tão anunciada emancipação nacional. Ao contrário, as desigualdades sociais e o caráter dependente da economia brasileira foram ainda mais aprofundados.

Além desses aspectos, com o golpe de Estado a burguesia nacional se associou cada vez mais aos interesses imperialistas. O elevado custo dos investimentos estatais para a expansão do parque industrial na segunda metade dos anos de 1950 favoreceu a concentração de capital, em benefício do capital estrangeiro, e ampliou ainda mais o empobrecimento dos trabalhadores. Não foi por acaso que os movimentos grevistas cresceram e, no campo, a luta dos camponeses ganhou nova dimensão organizativa no início dos anos de 1960.

O crescimento das mobilizações populares, somado à oposição de grupos agrários exportadores e importadores com os rumos da política econômica e, ainda, a insatisfação dos grupos mais conservadores, foram básicos para a eleição de Jânio Quadros, no pleito eleitoral de outubro de 1960. Na mesma eleição, João Goulart foi o vencedor para o cargo de vice-presidente.

Com um vago discurso de moralização dos costumes e de combate à corrupção, tendo por símbolo a “vassorinha” e usando como mote “varre, varre vassorinha, varre a corrupção”, Jânio Quadros, ao longo de seu efêmero governo, tomou uma série de

iniciativas com viés moralista, acompanhadas de uma política econômica de caráter liberal com o objetivo de saldar a dívida externa. Para a classe trabalhadora, mais uma vez o ônus da crise afetava diretamente as condições materiais de sobrevivência.

Nesse contexto, o surpreendente é a adoção de uma política externa independente por parte de Jânio Quadros, com o apoio dos segmentos da burguesia desenvolvimentista, visando planejava ampliar o mercado para as exportações brasileiras, além de fortalecer a posição do Brasil na América Latina. Entretanto, a busca do distanciamento dos EUA, ainda que de forma tímida, assustava os setores mais conservadores e reacionários das classes dominantes brasileiras.

A condecoração de Ernesto Che Guevara, uma das lideranças mais destacadas da Revolução Cubana (1959), em 21 de agosto de 1961, constituiu mais um elemento que alarmou grandes parcelas da burguesia. Diante da crise econômica, política e social, a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto, foi uma tentativa de inflamar amplos segmentos da sociedade para alçá-lo à Presidência, com o objetivo de aclamá-lo presidente com plenos poderes.

A renúncia, entretanto, foi aceita pelo Congresso Nacional e, sem que houvesse manifestação popular em defesa de Jânio, não houve redução da intensidade da crise. Com isso, um novo espectro golpista surgiu no horizonte: os ministros militares – Brig. Grum Moss, Gal. Odylio Denny e Alm. Silvio Heck –, expressando o pensamento das camadas identificadas com os interesses imperialistas, tentaram impedir a posse de João Goulart (Jango), que se encontrava em visita oficial à República Popular da China (GOMES et al., 2020). A posição da grande imprensa, de desistência espontânea de João Goulart, respaldada nas ameaças das Forças Armadas (FFAA), ficou assim registrada

Apanhada de surpresa e num momento que a própria ação do presidente resignatário provoca a intervenção das forças subversivas em vários pontos do território, a nação via-se diante de uma situação de fato: a recusa formal de parte das Forças Armadas em aceitar, de acordo com a letra da Constituição, que o vice-presidente da República

tome posse da chefia do executivo. Essa recusa, segundo declarações do Ministro da Guerra, fundamenta-se na convicção em que se acham, respectivamente, os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica de que a posse do Sr. João Goulart significaria o início da revolução que nos levaria a implantação do regime comunista no país. O momento – teria declarado s. exa. – nos obriga a optar entre democracia e comunismo e as Forças Armadas já se decidiram: elas irão até às últimas consequências na defesa de nossas tradições democráticas.

Estamos, portanto, diante de um problema para o qual haveria uma única solução moral: a desistência espontânea do Sr. João Goulart (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/08/1961, p. 3).

No contexto de acirramento das contradições sociais e da Guerra Fria, a retórica do combate ao comunismo tornou-se um discurso recorrente, não apenas na grande imprensa, mas em diferentes espaços sociais. A ideia de que a “nação” corria perigo foi acompanhada constantemente pela defesa da ação vigilante das Forças Armadas, numa ação preparatória ao alibi para a intervenção golpista que ocorreu anos depois, em 1964.

Diante da evidente proposta golpista, apresentada pelos oficiais das Forças Armadas e endossada pelo jornal O Estado de São Paulo, forjou-se a resistência contra o golpe, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul: Leonel Brizola. A partir das articulações construídas por Brizola e lideranças do campo popular, emissoras de rádio da região Sul formaram a “Rede da Legalidade”, com o objetivo de fazer valer a Constituição e oferecer amplo apoio à posse de Goulart. Para tanto, também foi decisivo o apoio do Comando da 3ª Zona Aérea e do Comandante do III Exército, Gal. Machado Lopes.

Considerando a correlação de forças envolvidas no golpe e na resistência, a crise foi parcial e momentaneamente superada através da aprovação no Congresso de uma Emenda Constitucional, estabelecendo o regime parlamentarista. Desse modo, Goulart iniciava a presidência com poderes reduzidos, com a espada do golpe sobre sua cabeça e em um momento em que se agravava a crise

econômica do país. O acelerado crescimento da dívida externa, os efeitos negativos do declínio dos preços de produtos primários e o crescimento inflacionário, demonstravam a debilidade da economia brasileira, sujeita às flutuações do mercado externo, dominado pelas forças imperialistas sob hegemonia dos Estados Unidos da América.

A instabilidade econômica e política contribuiu para a desestabilização do frágil pacto populista e da emergência das lutas populares. Nesse sentido, as demandas dos trabalhadores do campo e da cidade eram denunciadas como demagógicas ou subversivas pelos setores identificados com a defesa da ordem burguesa. Nem mesmo o reformismo nacionalista do Governo João Goulart interessava aos donos do capital. Nem mesmo o retorno do presidencialismo, em 6 de janeiro de 1963, foi capaz de superar a crise e as conspirações. Cumpre salientar que as proposições de Goulart no âmbito econômico, as chamadas Reformas de Base, não possuíam caráter revolucionário, da forma como eram qualificadas pelos adversários. Emblemático a esse respeito foi o caso da proposição da reforma agrária, cujo objetivo era fundamentalmente responder às necessidades de expansão do capitalismo industrial, ao mesmo tempo em que estava restrita às fronteiras da ordem burguesa. O engajamento, porém, de amplos setores populares e o caráter cada vez mais dependente e associado da burguesia aos interesses do capital internacional contribuíram para que os setores hegemônicos e as camadas médias condenassem a orientação reformista de Goulart.

Fragilizado pela crise econômica e pela sabotagem presente no Congresso Nacional, não restava outra alternativa política a Goulart que se aproximar dos setores populares e reformistas. O que ainda havia de caráter progressista em frações de classe da burguesia brasileira, desapareceu com a associação ao capital internacional, não sendo de seu interesse a intervenção do Estado nas questões sociais, atribuídas a uma improvável intenção de socialização dos meios de produção. De forma análoga, os latifundiários sentiam-se ameaçados com as propostas de reforma agrária, também veiculadas como tendo caráter estatizante.

Para a grande imprensa, o Governo Jango expressava o crescimento das forças de esquerda e, para combatê-lo, a burguesia

articulava-se em seus diferentes segmentos para a derrubada de Goulart. Assim, os parlamentares mais identificados com os interesses burgueses formaram a Ação Democrática Parlamentar, que recebia auxílio financeiro do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em maio de 1959, por Ivan Hasslocher. O IBAD, por sua vez, recebeu aportes financeiros de empresas brasileiras e estrangeiras que atuavam no Brasil com o objetivo de organizar a luta contra o propalado avanço do comunismo em terras brasileiras.

De forma semelhante ao IBAD, surgiu o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962 por empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. As articulações para implementar uma instituição que congregasse intelectuais em torno de objetivos comuns da burguesia iniciaram em 1961. A renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961 e a posse de João Goulart, em meio à crise da sucessão, alimentaram a desconfiança em relação à liderança do presidente. Preocupados com a crise econômica e, fundamentalmente, com o crescimento das manifestações populares e a suposta ameaça comunista, os empresários envolvidos ampliaram seus esforços, no sentido de defender seus interesses de classe.

Além das instituições burguesas, a CIA (*Central Intelligence Agency*) foi outro fator de desestabilização do governo Goulart. Como expressão dos interesses imperialistas e em convergência com as classes dominantes no Brasil, a CIA colaborou na difusão da propaganda anticomunista e na operacionalização do golpe ocorrido em 1964. Nesse contexto, foi articulada uma grande frente com a bandeira da "família", de "Deus" e da "liberdade" contra a subversão, o comunismo e a corrupção.

Também a reunião das forças reacionárias que constituíram a base social do golpe de Estado de 1964 se fez em torno das palavras de ordem as mais arcaicas e pró-estadunidenses. "Os católicos não poderão receber, sem ofender gravemente a moral cristã, as terras eventualmente expropriadas pelo poder público", proclamaram os bispos Castro Meyer e Proença Sigaud, dirigindo-se a camponeses pobres, culpados de pretender receber os frutos de

uma distribuição de terras que o governo Goulart não cansava de prometer, embora não ousasse colocá-la em prática. “Aceitando-as”, prosseguem os dois religiosos, “eles estarão na situação moral de possuidores de bens roubados e não poderão receber o sacramento da confissão, da comunhão e da extrema unção, a não ser que estejam firmemente decididos a restituir a seus legítimos proprietários os bens adquiridos através da violação do direito de propriedade e dos Mandamentos sobre os quais se funda esse direito” (MORAES, 2014, p. 72).

Os bispos Castro Meyer e Proença Sigaud não eram figuras isoladas no interior da Igreja, mas constituíam-se na expressão de seus segmentos mais conservadores, plenamente em consonância com os interesses da oligarquia latifundiária e da pequena burguesia rural. É preciso mencionar, nesse contexto, que o apoio dos segmentos mais conservadores do catolicismo não deve causar nenhum estranhamento ao leitor mais atento pois, apesar das contradições internas que atravessaram a Igreja Católica ao longo da história, foi notória a sua atuação na defesa da ordem.

A “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade” foi a expressão de um verdadeiro apelo em favor da ruptura institucional e da intervenção golpista dos militares. De tal modo, notícias como a publicada pela Folha de São Paulo sobre tais manifestações não devem ser compreendidas como simplesmente informativas. A seleção do que deveria ser informado e qual o teor da informação era uma das estratégias para a criação de ambiente favorável ao golpe:

Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo [...]. Ali estava o povo mesmo, o povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria [...].” (FOLHA DE SÃO PAULO, 20/03/1964).

A Folha de São Paulo não foi o único jornal a publicar e enaltecer o “sentimento que é de todos” em defesa do golpe. Outros

jornais também o fizeram. Na edição do dia 4 de abril, o Correio da Manhã apresentava a versão do Gal. Olímpio Mourão Filho para o “movimento democrático” de março/abril de 1964:

Explicou, ainda, que o principal objetivo da revolução foi o de “erradicar o câncer do comunismo que estava tomando conta do país e reconstruir a paz e a tranquilidade nacional”. Acentuou: “Ontem, ao receber a carinhosa ovação do povo da Guanabara na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, compreendia definitivamente que aquilo sim, é que era o povo. Povo livre e diferente daquele do comício do dia 13, que não passava de pelego pago, de 5 a 10 mil cruzeiros por cabeça” (CORREIO DA MANHÃ, 04/04/1964).

De tal modo, as empresas jornalísticas desempenharam um papel que entendiam como legítimo, ao defender seus projetos políticos, econômicos e sociais como se expressassem os interesses da nação, ameaçados pelo comunismo e pela incapacidade de João Goulart. A participação dos grandes órgãos de imprensa contribuiu decisivamente para a queda do presidente.

Consumado o golpe, a ordem econômica foi mantida com as reformas necessárias para a intensificação da exploração da força de trabalho. Para a burguesia e seus associados internacionais, a “revolução” não se tratava de um projeto de autonomia em relação aos grandes centros hegemônicos do capitalismo. Não por acaso, ao longo da ditadura, verifica-se o favorecimento da grande empresa e do capital internacional, a política de contenção salarial e o arrocho salarial dos trabalhadores.

Diante disso, poderia a educação sair incólume ao projeto autoritário? Certamente a educação não paira acima dos interesses de classe. Ainda que não tenham ocorrido alterações substanciais no âmbito educacional, pode-se que as reformas foram promovidas com vistas ao seu ajustamento às necessidades colocadas pelo modelo econômico do capitalismo dependente e periférico.

REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, IMPRENSA E TEORIA DO CAPITAL HUMANO (TCH)

Com a destituição de Goulart e a consolidação do golpe, o “Comando Supremo da Revolução” publicou o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, onde se lê nas linhas iniciais:

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória (BRASIL, 1964, s. p.).

Como expressão ideológica dos interesses de classe, o autoproclamado “Comando Supremo da Revolução” manifestava “não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”, escamoteando os verdadeiros interesses de classe do golpe. Assim, o que se viu após o primeiro Ato e os que se seguiram foi um verdadeiro expurgo das lideranças consideradas indesejáveis ou perigosas ao projeto em andamento. O mesmo ocorreu no âmbito da educação.

A concepção de educação veiculada pelas classes dominantes fundamentava-se na TCH, que a concebia como um meio de formação da força de trabalho, como uma necessidade para a aceleração do desenvolvimento. Dessa forma, a materialização desse ideário se manifestou com maior ênfase fundamentalmente no período pós-1968, com a Reforma do Ensino Superior de 1968 e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (1971).

Em uma breve síntese, é preciso entender que as políticas educacionais não foram a materialização exclusiva dos homens da caserna. Afinal, não é possível negar a participação protagonista de civis no Ministério da Educação e que estiveram na linha de frente para a elaboração e outorga da legislação repressiva do período. Além disso, entidades de classe, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), contribuíram efetivamente para a arquitetura das reformas no âmbito da educação. Nesse contexto é possível identificar dois pontos fundamentais: o vínculo entre Estado, educação e os interesses do capital e, não menos importante, a ideia da regeneração moral do indivíduo e da sociedade. Tais aspectos são encontrados, por exemplo, na tendência que se materializou no tecnicismo, na TCH e na proposta do componente curricular de Educação Moral e Cívica instituída pelo Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.

Na verdade, antes mesmo do golpe, os conflitos e as propostas no âmbito da universidade ou de qualquer outra área social eram retratados conforme os interesses que os periódicos representavam. Não era necessário a existência de um projeto revolucionário para ser acusado de “comunista” por algum órgão de imprensa. Em uma coluna intitulada “Discursos do presidente”, publicada em 11/03/1964, o jornal O Estado de São Paulo teceu as seguintes análises sobre o discurso de Goulart, proferido na UnB:

[...] Noutro passo desse discurso, diz também o sr. Goulart [...] ‘Nunca, em tempo algum, investiu-se tanto em educação no Brasil.’ Se o presidente da República entende por investimentos na educação as verbas canalizadas, até hoje, pelo Ministério da Educação e Cultura, para a impressão de folhetos comunistas, para a tendenciosa deturpação de fatos da História Nacional [...] então talvez S. Exa. ande acertando [...].

Para o periódico, assim como para a grande imprensa, representante dos interesses burgueses em geral, a conjuração comunista se espalhava em todas as áreas da sociedade, incluindo a universidade. Considerando a lógica burguesa, o ensino superior não constituía um espaço para discussões políticas. O incêndio do prédio

da UNE e a perseguição a professores e alunos considerados “perigosos” após o golpe confirma que não se tratava da defesa de uma universidade autônoma. De tal modo, a notícia publicada foi apenas mais uma peça publicitária na campanha contra o Governo Goulart.

Foi nesse contexto que diferentes jornais promoveram a campanha de desestabilização do Governo João Goulart, apoiaram o Golpe como um “movimento revolucionário” e saudaram os militares como “salvadores da pátria”. Não por acaso, o jornal O Globo, em editorial do dia 02 de abril de 1964, saudou a intervenção militar como “gloriosa”, graças ao “heroísmo das Forças Armadas”.

Nesse sentido, as reformas no âmbito da educação convergiram para a adequação da formação da força de trabalho às necessidades do capital. Porém, para que isso fosse possível, reitores foram exonerados, o movimento estudantil colocado na ilegalidade, professores perseguidos ou demitidos, etc. É interessante acrescentar que, após o golpe de 1964, diferentes universidades sofreram um processo sistemático de intervenção militar: Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de São Paulo (USP).

Apesar disso, as reformas não ocorreram imediatamente após o golpe. Pode-se afirmar que estas foram forçadas a partir das disputas internas dentro do bloco dominante e das convergências em torno do ideário pedagógico tecnicista e da TCH. A estratégia burguesa pautava-se nas reformas com o objetivo de desmobilização das correntes potencialmente críticas ao regime. A título de exemplo, pode ser mencionado o Fórum A educação que nos convém, organizado em 1968 pelo IPES da Guanabara, e que contou com a participação da Pontifícia Universidade Católica da Guanabara e da Agência de Análise e Perspectiva Econômica.

É importante reforçar, antes de prosseguir, que as instituições IPES/IBAD/ESG foram uma espécie de partido ideológico da ditadura. Isso porque os empresários brasileiros que pertenciam aos quadros dessas instituições contaram com a colaboração de seus parceiros norte-americanos na esfera do financiamento e do planejamento do projeto educacional que se materializou ao longo da ditadura.

Ainda sobre o fórum, organizado em 1968, é possível identificar que a tônica dominante se pautou na profissionalização do ensino médio, na racionalização do sistema educacional e na preparação da força de trabalho ao projeto de desenvolvimento promovido pelos governos militares. As recomendações presentes nos debates do evento materializaram-se em diferentes aspectos da Lei nº 5.540/68 e da Lei 5.692/71.

Considerando o contexto da Guerra Fria, agravado internamente pelo clima de tensões sociais, o projeto de reforma universitária precisava atender alguns requisitos: articular o ensino superior com o objetivo da Segurança Nacional e Desenvolvimento; atender as demandas dos grupos empresariais que apoiaram o golpe de 1964 e, por fim, as reivindicações de estudantes e professores que postulavam a abolição do regime de cátedra, a autonomia universitária, verbas para as pesquisas e a ampliação do número de vagas.

Nesse sentido, a reforma materializou-se na instituição do ciclo básico, na departamentalização, na unificação do vestibular (com vistas ao fim dos excedentes), na matrícula por disciplina (sistema de créditos) e na criação de cursos de curta duração em contraposição aos anseios de autonomia dos setores mais progressistas e identificados com a democratização do ensino superior. Tratava-se, segundo a lógica empresarial, da formação de força de trabalho qualificada para atender as demandas do mercado.

Por conseguinte, a reforma promoveu efeitos paradoxais. Se, de um lado, permitiu a modernização de amplos segmentos das universidades federais e estaduais, que adotaram progressivamente as mudanças presentes na nova legislação, articulando as atividades de ensino e pesquisa, que, até o momento, com as exceções de praxe, estavam desconectadas; por outro lado, criou mecanismos facilitadores para a expansão acelerada do ensino privado, que repetiu o antigo padrão brasileiro de escola superior, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados e sem compromisso com a pesquisa. De tal modo, o ensino superior privado, que emergiu após a Lei 5.540/68, estruturou-se fundamentalmente nos padrões empresariais, orientado para a

obtenção do lucro e com qualidade muito distante das instituições públicas.

A vigilância política que pairava sobre o ambiente acadêmico é outro aspecto que merece ser apontado. Do ponto de vista dos governos militares, tratava-se de impedir qualquer movimento questionador das instituições de ensino e a própria ordem social. A colaboração dos proprietários das instituições privadas foi mais um indicativo da simbiose de interesses entre o capital e o Estado autoritário. A propósito da preocupação das classes dominantes com o ensino superior, Jarbas Passarinho, Ministro da Educação do Governo Médici (1969-1974), explicitou sua preocupação com a “doutrinação marxista” no meio acadêmico e a orientação mercadológica na reforma do ensino superior.

Rio (Sucursal) – O ministro Jarbas Passarinho utilizou a maior parte de sua conferência, ontem na Escola de Guerra Naval, para rebater acusações de dois jornais, um publicado pelos estudantes da PUC de São Paulo e outro por universitários de Minas Gerais, afirmando que esse tipo de propaganda tem penetração no meio estudantil devido ao despreparo do universitário brasileiro, “que não possui um conhecimento mínimo da realidade brasileira”.

Em conferência que durou duas horas, o ministro analisou o sistema da Educação no Brasil, anunciando uma “guerra aos vestibulares” a partir do próximo ano, mediante a implantação da reforma universitária, criticada por alguns professores – segundo disse – com bases em argumentos tradicionalistas.

(...) Os primeiros minutos da conferência foram dedicados à análise da penetração da propaganda subversiva no meio estudantil. Dois jornais distribuídos recentemente em São Paulo e Minas Gerais, serviram de ilustração para o problema. O jornal dos estudantes de São Paulo e dos mineiros, continham acusações ao sistema educacional brasileiro, que foram rebatidas durante toda a palestra. (...) Para o ministro, o despreparo do aluno

que ingressa nas universidades é usado pela subversão para propagandear suas ideias (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/10/1971).

A notícia publicada pela *Folha de São Paulo*, assim como outras em diferentes jornais, foi uma das estratégias de criação de um consenso em torno da defesa das reformas, promovidas pelos governos militares na educação. Nesse sentido, as ideologias “exóticas”, deveriam ser combatidas em todos os espaços onde quer que surgissem, incluindo o meio acadêmico, considerado estratégico para os interesses do capital.

A universidade é seletiva em todo o mundo, inclusive nos países socialistas, defendidos por estes grupos”, afirmou o Ministro da Educação, referindo-se mais uma vez aos jornais estudantis citados no início da palestra. Informou que, obedecendo a um planejamento, a universidade brasileira oferece, atualmente, cerca de 530 mil matrículas, colocando-se em situação igual à da França há dois anos. As vagas para o primeiro ano são distribuídas pelas de acordo com as necessidades do país e as ofertas de trabalho, visando evitar o desemprego. Segundo o Ministro, esse sistema não pretende evitar que os alunos façam o curso de sua preferência, mesmo que o mercado no setor esteja saturado, mas não estimular esta procura. “Não concordamos com o pensamento marxista que diz o que é bom para o Estado é bom para o homem – disse o ministro – mas também não aceitamos a filosofia liberalóide que defende que é bom para o homem é bom para o Estado (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/10/1971).

É importante registrar que, em relação à reforma do ensino superior de 1968, os acordos MEC/USAID não inauguraram o dualismo educacional ou muito menos o discurso anticomunista. O que a ditadura fez foi reforçar o caráter elitista da universidade e adequá-la aos padrões de desenvolvimento dependente dos interesses imperialistas.

Além da defesa do projeto educacional do regime, Jarbas Passarinho distorceu as considerações de Marx a respeito do Estado.

Vale advertir que em nenhum momento Marx defendeu a tese de que o que “é bom para o Estado é bom para o homem”. Aliás, o autor demonstra cabalmente que o Estado não é o representante do interesse geral, mas que existe para defender os interesses das classes dominantes. Afinal, “[o] executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 2017, p. 24).

A LEI Nº 5.692/71 E A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE PARA OS FILHOS DA CLASSE TRABALHADORA

Os anos de 1970 foram inaugurados com o discurso da prosperidade, com a euforia de amplos setores da burguesia, satisfeita com o amordaçamento do movimento sindical, com os índices de crescimento econômico e com a propaganda da ditadura de que “ninguém segura esse país”. Porém, o “milagre econômico” não foi acessível aos trabalhadores. Nesse contexto, o empenho da ditadura em reformar a educação básica era convergente com o tema do “desenvolvimento com segurança”, apregoado pelas lideranças governistas. A Lei 5.692/71 reforçou a perspectiva tecnocrática de maior eficiência e produtividade na formação de indivíduos capacitados para o mercado.

No âmbito empresarial é importante apontar a atuação decisiva do IPES como um órgão de classe da burguesia para a elaboração da política econômica e educacional. Assim, a produção dos intelectuais identificados com a burguesia foi estratégica para as formulações sobre as diretrizes políticas sobre a educação, inclusive no que diz respeito às ideias que nortearam a Lei nº 5.692/1971. As concepções sobre desenvolvimento e educação ou sobre a necessidade de investir em capital humano circularam em diferentes órgãos de imprensa. Em 13 de dezembro de 1964, alguns anos antes da implementação da reforma da educação básica, o Jornal do Brasil publicou um longo artigo, em que é possível constatar a associação entre educação e produção.

A educação, como problema econômico, se apresenta sob dois aspectos: o da sua contribuição para o progresso e o dos recursos por ela exigidos. Como fator de progresso, o sistema educacional de educação é responsável pelo preparo de uma força de trabalho capaz não só de atender em quantidade, tipo, nível e qualidade às necessidades da sociedade, determinadas pelo estágio de desenvolvimento já alcançado, como também promover novas oportunidades de expansão científica, tecnológica e operacional dessa sociedade (JORNAL DO BRASIL, p. 5, 13/12/1964).

Como é possível observar, as ideias que nortearam a política educacional não foram proposições oriundas da caserna, mas já se encontravam difundidas em diferentes espaços e instituições burguesas. Do ponto de vista dominante, as diretrizes educacionais deveriam ser orientadas de modo a não somente legitimar a ordem, mas, também, como meio de adaptar as futuras gerações às necessidades empresariais e do Estado. O desdobramento desse processo corrobora a perspectiva que a educação não era compreendida como expressão de um direito básico e fundamental para a formação do indivíduo, mas, fundamentalmente, como um meio de formação de futuros trabalhadores conscientes de seu papel na cadeia produtiva.

É necessário enfatizar que as ideias de eficiência e de produtividade, presentes no âmbito empresarial, desempenhavam o papel de despolitizar a questão educacional. Diante disso, a promulgação da Lei nº 5.692/71 expressou os objetivos presentes no pensamento empresarial que se materializou na expansão do acesso à escola e em condições precárias para a maioria dos filhos da classe trabalhadora. Destaque-se que a Constituição de 1967 ampliou a obrigatoriedade do período de escolarização entre os 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos, mas aboliu os vínculos entre o financiamento da educação escolar e a porcentagem da arrecadação de impostos (BRASIL, 1967).

A ampliação dos anos de escolarização atendia aos objetivos básicos que eram convergentes com o modelo econômico da ditadura, na medida em que a expansão econômica apresentava,

como decorrência, a exigência empresarial de elevação dos requisitos educacionais dos trabalhadores. A formação dos filhos da classe trabalhadora para o trabalho e de todos que não conquistaram vagas no ensino superior foram argumentos utilizados como legitimadores da reforma. O preparo dos jovens para o mundo do trabalho e todos aqueles que não obtinham êxito no vestibular foram os argumentos utilizados como justificativa para a reforma. Assim, as novas bases foram assentadas para a formação técnica e profissionalizante, destinando-se fundamentalmente ao atendimento de jovens oriundos das classes trabalhadoras e buscava atender as demandas das fábricas que se instalavam no Brasil (GOMES, 2018).

De tal modo, após a promulgação da Lei nº 5.692/71, as escolas de 2º grau deveriam adequar-se para oferta de cursos de formação profissional. A imposição do ensino técnico servia como meio de contenção do número de alunos que buscariam o ingresso nas instituições superiores. Assim, a reforma não significou o fim do dualismo educacional, mas a continuidade de um padrão escolar discriminatório. Os filhos da classe trabalhadora que cursavam o ensino técnico foram privados de uma série de conhecimentos que eram ofertados nos cursos preparatórios para o ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais pontuam-se três aspectos. O primeiro referente ao golpe e a ditadura civil-militar que se seguiu. Obviamente, como demonstrado, não se tratou de uma quartelada, mas de um projeto burguês que contou com o apoio dos empresários da grande imprensa e das forças imperialistas para a desestabilização do Governo Goulart e para a legitimação da ordem pós 1964.

O segundo aspecto diz respeito ao projeto educacional da ditadura. Considerada como espaço estratégico para a difusão dos valores burgueses e para a formação da força de trabalho adequada aos interesses do capital, as reformas que se seguiram ao longo do período incorporaram os postulados da TCH e do tecnicismo, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido, mais uma vez a imprensa refletiu, em suas páginas, o consenso em

torno das reformas: a formação da força de trabalho como meio de superação de atraso nacional.

Por fim, ainda que a educação tenha sido considerada estratégica, é importante considerar que a expansão do acesso à escola se fez de forma desordenada e precarizando as condições da formação e do trabalho docente. Assim, manteve-se o caráter de seletividade da educação brasileira, ainda que tenha ocorrido o crescimento da educação ofertada pelo setor público. Nesse contexto, as universidades públicas continuaram atendendo majoritariamente os filhos das frações das classes abastadas, restando aos filhos da classe trabalhadora um caminho mais tortuoso para atingir o ensino superior, que continuou restrito para a grande maioria dos egressos do ensino de 2º Grau (atual ensino médio).

Não é demais advertir que, em diferentes momentos, os escribas da ditadura proclamaram a defesa da “democracia” e da “igualdade de oportunidades” e afirmamos que “A educação para a emancipação humana e para o exercício democrático consiste em desejo, utopia e razão para reflexões filosóficas e lutas no campo político (...) (SUCUPIRA; DELGADO, 2020, p. 217). Entretanto, na prática, as desigualdades estruturais foram aprofundadas e, como não poderia deixar de ser, isso se materializou também na educação. Por isso, mais do que nunca, é importante compreender o caráter do projeto que condenou milhões de brasileiros à condição de miséria e de negação do acesso ao conhecimento.

O Golpe de 1964 precisa ser mais profundamente estudado e, atualmente, o conhecimento dos arquivos tem possibilitado entender mais adequadamente esse período que nossa História não passou a limpo, ainda é uma chaga aberta em nossa formação social. Não é por acaso que em atualíssimo artigo / depoimento publicado em Carta Capital, com o sugestivo título “Convém botarmos as barbas de molho”, Roberto Amaral (2022), chama a atenção para a reiterada ameaça da continuidade ou aprofundamento de mais um golpe de Estado. Para fechar o presente artigo, nada mais elucidativo que o destaque sobre a importância do papel da imprensa, feita pelo autor:

Relembrando tempos que supúnhamos definitivamente escorraçados de nossa história, a

hipótese de ruptura da ordem constitucional, conquistada após tantos anos de lutas contra as fileiras, ... chega aos nossos dias sob a forma de denúncia dos editoriais dos ainda grandes jornais. (...) Esse discurso nos deve pôr a todos de sobressalto, pois de golpes de Estado, em suas diferenciadas modalidades, muito bem entende a mídia brasileira, que de todos participou, inclusive do golpe de 2016, que, ao depor Dilma Rousseff, asfaltou o caminho que nos trouxe à tragédia de nossos dias. Sem o concurso ativo da imprensa teriam sido inviáveis o impeachment e as arbitrariedades da lava jato (AMARAL, 2022).

O artigo de Roberto Amaral é um recado para nos debruçarmos sobre a história não apenas para entender o passado, mas para entender o presente e vislumbrar os possíveis históricos que estão postos na atual conjuntura. O final do artigo é necessário repetir, pois "Os tempos são outros, o quadro internacional é outro, o país é outro, outras são as forças armadas... ". Da forma como ocorreu, o golpe é irrepetível, mas um outro golpe pode ocorrer e as condições para que não ocorra precisam ser analisadas...

Não basta afirmações com base na opinião, é preciso colocar os fatos, as condições das instituições do Estado, as forças políticas favoráveis e contrárias, a capacidade de mobilização e enfrentamento das forças, instituições e movimentos da sociedade civil. É complexo o paradoxo da História do Tempo Presente, na qual somos sujeito e objeto simultaneamente, mas como registrou Eric Hobsbawm: "A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente... É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos", e completa nos alertando inclusive que isso é necessário até "para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio" (HOBSBAWM, 2002, p. 23).

Referências

AMARAL, Roberto. **Convém botarmos as barbas de molho**. In: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/convem-botarmos-as-barbas-de-molho/>.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 9 abril 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 5.540**, de 28/11/1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 5.692**, de 11/08/1971. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição do Brasil de 1967**. Brasília: Senado Federal, 1969. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1967/1967%20Livro%206.pdf. Acesso em: 15/03/1967.

EHRlich, Michel. Educação e ideal modernizante na ditadura civil-militar: um estudo sobre a revista Educação (1971-1984).

Temporalidades – Revista de História, v. 10, n. 1, p. 339-364.

mai./ago. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/6116/pdf>. Acesso em: 24/04/2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. Educação técnica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14/05/1964.

FOLHA DE SÃO PAULO. Passarinho adverte para a desinformação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01/10/1971.

FOLHA DE SÃO PAULO. Povo, apenas povo (Editorial). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20/03/1964.

GOMES, M. A. O. et al. Educação e a ditadura civil militar: as reformas educacionais e a teoria do capital humano (1964-85).

Revista Eletrônica de Educação. v.14, p. 1-19, jan./dez. 2020.

Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4424>.

Acesso em: 24/04/2022.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. Economia, educação e segurança nacional na ditadura civil militar no Brasil. **Revista COCAR**, Belém, n. 12, v. 24, p. 421-445, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1954>. Acesso em: 24/03/2022.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LEITE, Antônio Dias. Educação e eficiência econômica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 05, 13/12/1964.

LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos R. Prefácio - O Brasil republicano: uma história de golpes de Estado. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira** – Volume I –. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 1-30. Disponível em:

<<https://www.editoranavegando.com/copia-politicas-educacionais-1>>

LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. R. Golpes de Estado e Educação no Brasil: a perpetuação da farsa. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**.

Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. Disponível em:

<https://www.editoranavegando.com/livro-golpe-2016>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.114p.

MORAES, João Quartim de. A natureza de classe do Estado brasileiro. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta de transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 61-103.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Discursos do presidente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11/03/1964.

SUCUPIRA, T. G.; DELGADO, F. J. G. Reflexões metodológicas sobre a historiografia do movimento estudantil. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 5, n. 14, p. 216-239, 2020. DOI: 10.25053/redufor.v5i14mai/ago.2750.

Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2750>. Acesso em: 6 maio. 2022.

Recebido em: *Fevereiro/2023*.

Aprovado em: *Março/2023*.